

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2020.

A Administração informa adicionalmente que os auditores independentes não prestaram nenhum outro serviço além da auditoria externa.

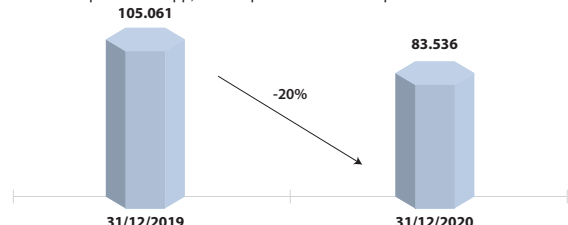
Desempenho Econômico Financeiro

A Companhia teve uma considerável redução na sua ROL, e mesmo com todos os ajustes realizados, não foi possível manter as margens do ano anterior. O principal fator, assim como aconteceu com a maioria das empresas, foi a pandemia da COVID-19.

Descrição da Conta

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	105.061	83.536
Custo dos Produtos Vendidos	(71.912)	(60.531)
Resultado Bruto	33.149	23.005
Margem Bruta	32%	28%
(Despesas) Receitas Operacionais	(8.402)	(19.239)
Com vendas	(12.030)	(8.938)
Gerais e administrativas	(12.958)	(11.849)
Outras receitas operacionais	468	675
Receitas não recorrentes	16.134	881
Outras despesas operacionais	(16)	(8)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.747	3.766
Resultado Financeiro Líquido	(3.270)	(21.618)
Receitas financeiras	1.343	6.644
Despesas financeiras	(4.613)	(28.262)
Resultado antes dos Tributos Sobre o Lucro	21.477	(17.852)
IR e CSLL Sobre o Lucro	(69)	(53)
Resultado Líquido do Exercício	21.408	(17.905)

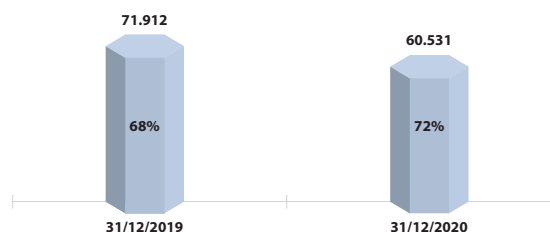
A receita operacional líquida teve uma queda de 20pp, se comparada ao mesmo período do ano anterior.



CPV e Resultado Bruto

O CPV cresceu de 68% para 72% da ROL, portanto, a Margem Bruta reduziu em quatro pontos percentuais.

CPV:



Recuperação Extrajudicial

Conforme já amplamente divulgado, a administração da Companhia ajuizou, em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE").

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa e não envolve fornecedores e funcionários.

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no Plano de RE.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

Perspectivas

As perspectivas iniciais para o ano de 2020 eram de uma continuidade no aumento da receita iniciado em 2019, com um certo temor em relação aos resultados, provocado pelos aumentos dos custos das matérias-primas que sofrem impacto direto do dólar, e a dificuldade de repassar estes custos nos preços.

Porém, com a crise provocada pelo Coronavírus (COVID-19), a Companhia teve impactos na receita, no resultado e fluxo de caixa, conforme se observa nos relatórios das demonstrações.

Para o ano de 2021 permanecem as incertezas, tanto em relação ao nível de consumo, já que se prevê uma queda na renda média da população, quanto em relação aos custos e possibilidade de escassez de matérias-primas.

A Administração se mantém atenta na busca de soluções ágeis e eficazes para os quadros que se apresentam.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante		71.351	59.158	71.115	58.918			341.903	319.733	341.921	319.749
Caixa e equivalentes de caixa	5	163	274	169	403	Obrigações sociais e trabalhistas	15	8.514	7.664	8.526	7.674
Contas a receber de clientes	6	18.863	16.305	18.863	16.305	Fornecedores		11.496	6.676	11.496	6.676
Estoques	7	44.731	37.050	44.731	37.050	Fornecedores Parcelados		56.064	56.064	56.064	56.064
Tributos a recuperar	8.a	5.357	955	5.360	955	Obrigações fiscais	16.a	55.432	52.126	55.438	52.132
Outras contas a receber		1.877	4.242	1.633	3.874	Empréstimos e financiamentos	17.a	44.863	42.600	44.863	42.600
Despesas do exercício seguinte		234	218	233	217	Debêntures	18	61.149	47.584	61.149	47.584
Outros ativos circulantes		126	114	126	114	Obrigações com pessoas ligadas	20	2.783	1.811	2.783	1.811
Não Circulante		119.747	124.778	120.404	125.437	Obrigações com pessoas físicas		1.231	1.089	1.231	1.089
Realizável a Longo Prazo		5.658	5.957	5.348	5.491	Comissões e royalties a pagar		1.054	1.211	1.054	1.211
Depósitos judiciais	9.a	726	857	726	857	Outras contas e encargos a pagar		825	2.101	825	2.101
Créditos com controladas		310	466	-	-	Provisões fiscais	19	98.492	100.807	98.492	100.807
Tributos a recuperar	8.b	903	1.041	903	1.041	Não Circulante		158.924	155.575	159.327	155.978
Ativos não operacionais	11	3.719	3.593	3.719	3.593	Empréstimos e financiamentos	17.b	126.951	115.782	126.951	115.782
Investimentos	12	1.083	924	-	-	Tributos federais	16.b	29.118	34.218	29.118	34.218
Imobilizado	13	111.137	115.155	113.187	117.204	Tributos municipais		1.173	3.887	1.173	3.887
Intangível	14	1.869	2.742	1.869	2.742	Obrigações com pessoas físicas		1.543	1.543	1.543	1.543
Total do Ativo		191.098	183.936	191.519	184.355	Depósitos judiciais	9.b	139	145	139	145
						Tributos diferidos	10	-	-	403	403
						Passivo a Descoberto	21	(309.729)	(291.372)	(309.729)	(291.372)
						Capital social	21.a	8.186	8.186	8.186	8.186
						Reservas de capital	21.b	9.983	9.983	9.983	9.983
						Reservas de lucros		571	571	571	571
						Reserva de reavaliação		799	799	799	799
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.275	1.332	1.275	1.332
						Prejuízos acumulados		(330.543)	(312.243)	(330.543)	(312.243)
						Total do Passivo e Passivo a Descoberto		191.098	183.936	191.519	184.355

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de Lucros		Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Investimentos e Capital de Giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.186	9.983	37	534	-	-	(333.726)	(312.806)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	571	799	1.381	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(75)	75	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	26	-	26
Resultado líquido do exercício	-	-	-	534	799	1.332	(312.243)	(291.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.186	9.983	-	571	799	1.332	(312.243)	(291.372)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(480)	(480)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(85)	85	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	28	-	28
Resultado líquido do exercício	-	-	-	534	799	1.275	(330.543)	(309.729)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.186	9.983	-	571	799	1.275	(330.543)	(309.729)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	22/23	83.256	104.798	83.536	105.061
Custo dos produtos/serviços	24.a	(60.531)	(71.912)	(60.531)	(71.912)
Resultado bruto		22.725	32.886	23.005	33.149
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	24.a	(8.938)	(12.030)	(8.938)	(12.030)
Gerais e administrativas	24.a	(10.266)	(10.883)	(10.364)	(10.972)
Honorários dos administradores	26	(1.485)	(1.986)	(1.485)	(1.986)
Outras receitas operacionais		675	462	675	468
Eventos não recorrentes - Ganhos tributário	25	881	16.134	881	16.134
Outras despesas operacionais	24.a	(8)	(16)	(8)	(16)
Resultado de equivalência patrimonial	12	159	137	-	-
		(18.982)	(8.182)	(19.239)	(8.402)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras		3.743	24.704	3.766	24.747
Receitas financeiras		6.644	1.343	6.644	1.343
Despesas financeiras		(28.262)	(4.613)	(28.262)	(4.613)
Resultado financeiro líquido	24.b	(21.618)	(3.270)	(21.618)	(3.270)
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.875)	21.434	(17.852)	21.477
Contribuição social diferida		(8)	(7)	(17)	(23)
Imposto de renda diferido		(22)	(19)	(36)	(46)
Resultado líquido atribuível a não controladores		-	-	-	-
Resultado líquido das operações continuadas		(17.905)	21.408	(17.905)	21.408
Quantidade de ações (em mil)	27	4.259	4.259	4.259	4.259
Resultado líquido por ação (em reais)		(4,204)	5,027	(4,204)	5,027

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	(17.905)	21.408	(17.905)	21.408
Efeitos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial do Imobilizado	57	49	57	49
Resultado Abrangente do Exercício	(17.848)	21.457	(17.848)	21.457

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
I - Receitas				
Receitas de vendas e serviços	107.859	135.932	108.159	136.232
Outras receitas	667	400	667	405
Provisão para devedores duvidosos	33	820	33	820
	108.559	137.152	108.859	137.457
II - Bens e serviços adquiridos de terceiros (a)				
Insumos adquiridos de terceiros	(20.243)	(20.290)	(20.243)	(20.290)
Materiais, energia, serviços de terceiros, comunicação e água	(26.385)	(33.337)	(26.385)	(33.337)
Outros gastos de produção	507	448	507	448
	(46.121)	(53.179)	(46.121)	(53.179)
III - Valor adicionado bruto (I - II)	62.438	83.973	62.738	84.278
IV - Retenções				
Depreciação e amortizações	(5.800)	(4.919)	(5.800)	(4.919)
Outros	480	-	480	-
	(5.320)	(4.919)	(5.320)	(4.919)
V - Valor adicionado líquido (III - IV)	57.118	79.054	57.418	79.359
VI - Valor adicionado recebido em transferência				
Ganhos de capital	8	62	8	62
Resultado de equivalência patrimonial	159	137	-	-
Descontos REFIS Municipal	575	359	575	359
Compensações MP 470/09	-	16.134	-	16.134
Outros	881	-	881	-
Receitas financeiras	6.644	1.343	6.644	1.343
	8.267	18.035	8.108	17.898
VII - Valor adicionado total a distribuir	65.385	97.089	65.526	97.257
VIII - Distribuição do valor adicionado	24.211	30.889	24.291	30.960
Pessoal	65.385	97.089	65.526	97.257
Remuneração Direta	21.673	27.318	21.750	27.385
Benefícios	1.281	1.794	1.281	1.

Table with columns for 2020 and 2019, split into Controller and Consolidated. Section I: Atividades Operacionais. Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos, Depreciações e amortizações, etc.

Continuation of Table from previous block, including Salários e encargos sociais, Obrigações tributárias, Comissões a pagar, etc. Includes sub-sections II, III, IV, V, VI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia atua predominantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TXX3 e TXX4.

dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. h) Ativo intangível: i) Reconhecimento e mensuração: A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis.

Table with columns for 2020 and 2019, split into Controller and Consolidated. Items: Caixa, Bancos conta movimento, Aplicações financeiras, Total, 6. Contas a Receber de Clientes: a) Controladora e Consolidado: Clientes.

Table with columns for 2020 and 2019, split into Controller and Consolidated. Items: Vencidas, A Vencer. Values: 474, 5.73%, 6.866, 35.87%, etc.

Table with columns for 31/12/2020 and 31/12/2019, split into Controller and Consolidated. Items: Produtos acabados, Produtos em elaboração, Materiais diretos, etc.



8. Tributos a Recuperar: a) Circulante:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IPI	17	11	17	11
ICMS	192	257	192	257
PIS/COFINS	171	537	173	537
IRPJ/CSLL	131	137	132	137
Excl. ICMS base Contrib. *	4.833		4.833	
Outros	13	13	13	13
Total	5.357	955	5.360	955

b) Não circulante - Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
COFINS (multa)			32	29
PIS/COFINS			604	608
ICMS			267	404
Total	903	1.041	903	1.041

* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVVR09A. **9. Depósitos Judiciais - Controladora e Consolidado:**

a) Ativo não circulante

	2020	2019
Marinha Mercante	171	295
Processos trabalhistas	139	146
PRODEC	356	341
Outros	60	75
Total	726	857

b) Passivo não circulante

	2020	2019
Processos trabalhistas	139	145
Total	139	145

10. Tributos Diferidos: A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado. Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2020, a situação na **Controladora** era a seguinte:

	Controladora	
	2020	2019
a) Tributos diferidos Ativos		
Imposto de renda pessoa jurídica	482	504
Contribuição social sobre lucro líquido	174	181
Subtotal	656	685

	2020	2019
b) Tributos diferidos Passivos		
Imposto de renda pessoa jurídica	(482)	(514)
Contribuição social sobre lucro líquido	(174)	(181)
Subtotal	(656)	(695)

Líquido de Realização

	—	—
--	---	---

No ano de 2020 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 29 mil (R\$ 26 mil em 2019) referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controladora também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2020, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	Consolidado	
	2020	2019
a) Tributos diferidos Ativos		
Imposto de renda pessoa jurídica	482	504
Contribuição social sobre lucro líquido	174	181
Subtotal	656	685

	2020	2019
b) Tributos diferidos Passivos		
Imposto de renda pessoa jurídica	(779)	(800)
Contribuição social sobre lucro líquido	(280)	(288)
Subtotal	(1.059)	(1.088)

Líquido de Realização

	=(403)	=(403)
--	--------	--------

11. Ativos Não Utilizados na Atividade Operacional - Realizável a Longo Prazo: Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2020 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.719 mil (31/12/2019 - R\$ 3.593 mil).

	31/12/2019	Transf. imob.	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	3.593	126	3.719
Total	3.593	126	3.719

12. Investimentos: a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.

	Quantidade		Porcentagem de		No Patrimônio	Participação
	Cotas Possuídas	Participação	Líquido	no Resultado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
RenauxView Ltda.	99,998	99,998	99,99	99,99	1,083	924
Total					159	137

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda.: As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Diretos		Obrigações	
	2020	2019	2020	2019
Renauxview Ltda.	555	836	—	—

	Receitas		Despesas	
	2020	2019	2020	2019
Renauxview Ltda.	—	—	300	300

As transações com a Renauxview Ltda.. Referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade. **13. Imobilizado:** A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram o CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

Taxas médias anuais de depreciação/amortização

	2020	2019
Terenos	0,0%	0,0%
Imóveis	2,5%	2,5%
Máquinas de Grande porte	10,0%	10,0%
Veículos	20,0%	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%	20,0%
Direitos de uso	20,0%	20,0%

O valor lançado em imobilizações em andamento de se referem, principalmente, à aquisição de bobinadeiras e filatórios, que ainda estavam em processo de instalação. **13.1. Movimentação do custo corrigido - Controladora:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terenos	54.027	—	54.027	56.077
Imóveis	33.141	(3.923)	29.218	29.218
Máquinas de Grande Porte	77.371	(51.266)	26.105	26.105
Veículos	1.161	(837)	324	324
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.674	(9.966)	708	708
Outras Imobilizações	2.213	(1.894)	319	319
Imobilizado em andamento	302	—	302	302
Adto a fornecedores	134	—	134	134
Total	179.023	(67.886)	111.137	113.187

13.2. Movimentação da depreciação acumulada - Controladora:

	2019		2020	
	Adições	Baixas	Transf.	2020
Imóveis	(3.141)	(782)	—	(3.923)
Máquinas de Grande Porte	(49.640)	(3.190)	1.564	(51.266)
Veículos	(958)	(79)	—	(837)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(7.328)	(640)	2	(9.966)
Outras imobilizações	(1.809)	(163)	78	(1.894)
Total	(64.676)	(4.854)	1.644	(67.886)

14. Intangível - Controladora e Consolidado:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso	4.650	(2.837)	1.813	2.714
Software em andamento	56	—	56	28
Total	4.706	(2.837)	1.869	2.742

14.1. Movimentação do custo corrigido:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2020
Direitos de uso	4.603	47
Software em andamento	28	28
Total	4.631	75

14.2. Movimentação da amortização acumulada:

	2019		2020	
	Adições	Baixas	Transf.	2020
Direitos de uso	(1.889)	(948)	—	(2.837)
Total	(1.889)	(948)	—	(2.837)

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários	1.119	882	1.121	883
Provisão para férias	2.040	2.603	2.047	2.609
INSS e CPRB	2.261	1.297	2.264	1.298
FGTS	224	242	224	243
Salário educação - FNDE	218	148	218	148
SESI	131	89	131	89
SEBRAE	52	35	52	35
SENAI	398	325	398	325
Parcelamento - Leis 11.941/09	2.030	2.000	2.030	2.000
Outros	41	43	41	44
Total	8.514	7.664	8.526	7.674

16. Obrigações Fiscais: a) Circulante:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS	295	261	295	261
ICMS parcelamento	1.014	1.312	1.014	1.312
ICMS - PRODEC	35.001	34.711	35.001	34.711
IPTU	1.358	619	1.358	619
IPTU Parcelado	5.875	5.276	5.875	5.276
ISS retido	15	14	15	14
IRRF/IRPJ/CSLL	4.841	4.393	4.846	4.398
PIS/COFINS/CSLL retidos	10	10	11	11
Parcelamentos CPRB RFB	2.163	1.801	2.163	1.801
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.102	774	1.102	774
Parcel. Previdenciário PGFN	236	212	236	212
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN *	1.150	841	1.150	841
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB *	1.874	1.828	1.874	1.828
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	868	802	868	802
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	—	19	—	19
(-)Tributos Receita não Realizada IFRS 15 **	(370)	(747)	(370)	(747)
Total	55.432	52.126	55.438	52.132

* Ver Nota Explicativa 29

** Ver Nota Explicativa 23

Parcelamento

	Parcelas	Início	Fim
Parcel. Ordinário CPRB RFB	145	ago/17	jan/30
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	60	out/18	set/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	jan/30
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29

b) Não circulante - Controladora e Consolidado - Parcelamentos de Tributos Federais:

	2020	2019	Parc.	Início	Fim
Parcel. Lei 11941/09 PGFN	1.970	2.694	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 11941/09 Sesi/SENAI	337	442	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	228	252	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - PREV. PGFN	12.788	14.184	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - OUTROS PGFN	—	144	180	ago/14	dez/29
Parcel. Adicional SENAI - N.01234/DN	12	39	60	mai/17	abr/22
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	6.971	7.638	145	ago/17	jan/30
Parcelamentos CPRB RFB	2.598	3.974	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	299	457	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	418	619	60	dez/18	nov/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.835	2.379	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	1.076	1.396	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	251	—	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	335	—	60	nov/20	dez/25
Total	29.118	34.218			

Índice de atualização: SELIC.

17. Empréstimos e Financiamentos - Controladora e Consolidado: a) Circulante:

	2020	2019
* Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	16.114	14.552

Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.

	2020	2019
Banco Daycoval	16.114	14.552

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,99% a.m.

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,57% a.m.

EGF, juros de 9% a.a.

Banco Sofisa

Empréstimos de capital de giro em dólar, com juros médios de 12,5% a.a.

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50% a.m.

Banco Safra

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,04% a.m.

Sicoob

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,60% a.m.

REDASSET

Empréstimos

está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M. Para evitar-se quaisquer atos de construção dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que contra o Acórdão foi impetrado Recurso Especial por parte da Planner, ainda pendente de julgamento. O processo de execução encontra-se suspenso por conta do Plano de Recuperação Extrajudicial em andamento. Ver nota explicativa nº 31 - Plano de Recuperação Extrajudicial. 19. Provisões Fiscais e Contingências: A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 98.492 mil (31/12/2019 - R\$ 100.807 mil). 19.1. Perda possível: Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

Table with 3 columns: Category (Tributárias, Trabalhistas, Cíveis, Total), 2020, 2019. Total: 50.997, 51.882

a) Tributárias: decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos. b) Trabalhistas: decorre de reclamatórias de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas. c) Cíveis: decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido. 20. Obrigações com Partes Relacionadas - Controladora e Consolidado: Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

Table with 3 columns: Category (Pessoas Físicas, Mútuo - capital de giro, Total), 2020, 2019. Total: 2.783, 1.811

21. Passivo a Descoberto: a) Capital social: O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentas e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentas e cinquenta e seis mil, seiscentas e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentas e duas mil, seiscentas e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal. b) Reserva de Incentivos fiscais: Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

Table with 5 columns: Category (Receita Operacional Líquida), 2020, 2019, 2020, 2019. Total: 83.256, 104.798, 83.536, 105.061

* Ver Nota Explicativa 23

23. Efeitos do IFRS 15: A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47/IFRS 15 no resultado do período/exercício:

Table with 4 columns: Category (Receita, Custos, Tributo ICMS, Tributos PIS/COFINS, Comissões, Efeito líquido), 2019, 2020, Efeito líquido no resultado - 2020

O efeito ocorre em faturamentos realizados em 2020 e ainda em trânsito no dia 31/12/2020. 24. Custos, Despesas e Resultado

Table with 3 columns: Category (Financeiro por Natureza: Pessoal, Matérias-primas e embalagens, Energia elétrica, Gastos gerais de fabricação, Comissões representantes, Fretes, Propaganda e promoção de vendas, Serviços de terceiros, Depreciação e amortizações, Outros custos e despesas, Total), 2020, 2019. Total: 79.743, 94.839

A Companhia manteve registrado no custo, sem transitar pelo estoque, o valor R\$ 7.873 relativos à ociosidade de produção para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta ociosidade se deve, principalmente, à redução na produção provocada pela pandemia da COVID-19, e os valores decorrem principalmente de salários, encargos, benefícios e ajuda compensatória. b) Resultado financeiro - Controladora:

Table with 3 columns: Category (Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido), 2020, 2019. Total: 28.262, 4.614

* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A. **Nos anos de 2019 e 2020 houve reversão por prescrição de contingências fiscais e suas correções. O impacto positivo nas despesas financeiras foi de R\$ 20.165 mil. 25. Eventos Não Recorrentes - Ganhos Trinitários: a) 2019 - Compensação de débitos - MP 470/09: Nos autos do Processo Administrativo nº 13971.002346/2010-97 a Têxtil Renauxview buscou a baixa de débitos previdenciários e de PIS e COFINS decorrentes de aproveitamento indevido do crédito-prêmio de IPI, na forma autorizada pela MP nº 470/2009, o que foi negado pela Receita Federal e deu lugar ao mandado de segurança no 5001925-27.2011.404.7205. Este mandado de segurança foi decidido favoravelmente à empresa, com trânsito em julgado em 18/03/2019. Como consequência, em 05/2019, a Secretaria da Receita Federal baixou em definitivo os débitos decorrentes. Valor dos débitos envolvidos é de R\$ 16.134 mil. b) 2020 - Crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A. O valor do crédito atualizado foi de R\$ 5.641 mil. 26. Honorários da Administração e Conselho Fiscal: Nos meses de abril a setembro de 2020 o Diretores e Conselho Fiscal tiveram seus honorários reduzidos em 80%, como forma de amenizar o impacto financeiro causado pela COVID-19. No ano de 2020 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.485 mil (2019 - R\$ 1.986 mil), sendo a distribuição por órgão: a) Conselho de Administração: R\$ 73 mil; b) Diretoria: R\$ 1.155 mil; c) Conselho Fiscal: R\$ 257 mil. 27. Resultado por Ação: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Table with 3 columns: Category (Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas, Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais, Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários, Total, Quantidade de ações preferenciais emitidas, Quantidade de ações ordinárias emitidas, Total, Resultado básico e diluído por ação, Ação preferencial, Ação ordinária), 2020, 2019. Total: 17.905, 21.408

28. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: i) Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito. • Exposição a riscos de créditos - Consolidado: O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Table with 3 columns: Category (Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Outras contas a receber, Total), 2020, 2019. Total: 20.659, 20.582

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Estimativa de perdas em clientes" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício. • Garantias: A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso. • Risco de taxa de juros - Consolidado: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

Table with 3 columns: Category (Empréstimos e Financiamentos, Total), 2020, 2019. Total: 171.814, 158.382

• Risco de mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. • Risco de liquidez: Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. • Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. • Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. ii) Instrumentos financeiros - valor justo consolidado: O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes: Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Table with 5 columns: Category (Caixa e equivalentes de caixa, Clientes e Outras Contas a Receber, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Outras Contas a Pagar, Obrigações com Pessoas Ligadas), 2020 Valor Contábil, 2020 Valor Justo, 2019 Valor Contábil, 2019 Valor Justo

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar: Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas. 29. Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Secretaria da Receita Federal - RFB: a) Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018. b) Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018. Na PGFN: c) Demais Débitos: que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018. d) Débitos Previdenciários: a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

Table with 5 columns: Category (Tipos de Tributos, Valor antes adesão, anteriores, Valor Adesão), 2020, 2019. Total: 135.386, 104.176

30. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras e consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Plano de Recuperação Extrajudicial: Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019. O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

Table with 5 columns: Category (Valor Adesão, Descontos, Compensação BNCSSL/PF, Pagamento em espécie, 2017, 2018, 2019, 2020 a partir 2021), 2020, 2019. Total: 95.353, 5.925, 58.945, 9.688, 8.180, 3.656, 487, 8.472

32. Declaração dos Diretores: Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Têxtil Renauxview S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	Contadora:
Armando Cesar Hess de Souza Presidente Heitor Rodolfo de Souza Conselheiro Jair Pacheco Conselheiro	Armando Cesar Hess de Souza Presidente Marcio Luiz Bertoldi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	André Cesar Urbainski Cláudia Andonini Peluso Ribeiro Darci Debastiani Hélio da Silva Marcello Joaquim Pacheco	Marta Castelli CRC SC 023.517/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Extraído da Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 24 de março de 2021)

i) O Conselho Fiscal Têxtil Renauxview S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2021. ii) Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Next Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2021, emitido sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Srs. Conselheiros Fiscais:

André Urbainski

Cláudia Andonini Peluso

Darci Debastiani

Hélio da Silva

Marcello Joaquim Pacheco

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TÊXTIL RENAUXVIEW S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade Operacional:** Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras. Consideramos como principal assunto de auditoria devido a Companhia ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, pois, a Companhia vem obtendo sucessivos prejuízos. Não obstante, as informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 309.729 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 291.372 mil em 31 de dezembro de 2019). **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da Companhia incluíram, entre outros: • Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia relacionada com esse assunto, presente na nota explicativa nº 01 e 31 que tratam da "Continuidade Operacional" e "Plano de Recuperação Extrajudicial". Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito destes projetos ou de novos aportes de capital, bem como os impactos decorrentes do Coronavírus na economia não atinjam significativamente a Companhia. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto. **Impairment dos ativos imobilizados:** Em 31 de dezembro de 2020, os ativos imobilizados e intangíveis apresentados nas demonstrações financeiras totalizaram um valor de R\$ 113.006 mil, sendo que detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável destes ativos estão descritos nas Notas "3.g) Ativo imobilizado", "3.h) Ativo intangível", "3.i) Ativos não financeiros", "13 - Imobilizado" e "14 - Intangível" às demonstrações financeiras. Consideramos o *impairment* dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude de

seus saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos e relativo grau de subjetividade, que por sua vez consideram premissas e taxas de descontos que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a execução de testes sobre o laudo de avaliação dos ativos e das premissas utilizadas pelos profissionais contratados pela Companhia. Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau - SC, 17 de março de 2021

Next Auditores Independentes - CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch - Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 029.522/O-0